

# A economia e a felicidade

**Armando Castelar Pinheiro**



**L**ilyhammer é uma de minhas séries favoritas na TV. Ambientada na Noruega, ela mostra uma cultura que conhecemos pouco, de bastante confiança entre as pessoas e nas instituições. Verdade que com muita “criminalidade” também, a parte engraçada da série, e um bocadinho de neve: para alguém que, como eu, não gosta de frio, nem de dias escuros, dá arrepios.

Talvez por isso, me impressione tanto a liderança dos países nórdicos no World Happiness Report publicado esta semana (<https://worldhappiness.report/>). A Finlândia aparece mais uma vez como o país mais feliz dentre os 146 países analisados, seguida pela Dinamarca e Islândia. A Suécia e Noruega estão na sétima e na oitava posições, respectivamente. O Brasil aparece relativamente bem, na 38ª colocação.

Nesta sua décima edição, o relatório busca aprofundar uma série de questões sobre o tema da felicidade, inclusive a permanente pergunta sobre o que faz as pessoas felizes. Dois temas mais relacionados à economia me pareceram especialmente interessantes: a felicidade como alternativa ao PIB, enquanto métrica de progresso, e como foco das políticas públicas, em lugar do crescimento econômico.

Utilizei o Relatório sobre a Felicidade Mundial pela primeira vez no início de 2020, tentando entender o porquê dos protestos ocorridos em 2019 na América Latina, em especial no Chile, na Colômbia, na Bolívia e no Peru. A explicação mais comum era então a desaceleração do crescimento econômico, com o fim do super ciclo de commodities. Ocorre que os países que mais contribuíram para o PIB da região crescer menos — Argentina, Brasil e Venezuela — não eram aqueles onde havia protestos.

De fato, os países com mais manifestações vinham tendo desempenho econômico acima da média. Nos 20 anos anteriores, os PIBs per capita de Bolívia, Chile, Colômbia e Peru haviam crescido a uma média de 2,3%, 2,5%, 2,2% e 3,4% ao ano (a.a.), respectivamente, contra uma média para a América Latina e Caribe de 1,2% a.a. No decênio 2009-18, o con-

traste fora ainda maior: essas taxas haviam sido de 3,2%, 1,8%, 2,3% e 3,2% a.a., contra uma média regional de 0,6% a.a.

O Chile é, talvez, o melhor exemplo. O PIB per capita chileno é 61% mais alto que a média da região. O país se caracterizou nas últimas décadas pela boa gestão macroeconômica, com inflação (média de 2,7% a.a. em 2009-18), taxa de desemprego (7,3%) e déficits público (1,3% do PIB) e em conta corrente (2,5% do PIB) relativamente baixos. Ainda assim, o Chile viveu um longo período de violentos protestos, que só diminuíram com a decisão de se votar uma nova constituição (a ser submetida neste domingo a plebiscito) e uma radical mudança de governo. Mudanças políticas radicais também ocorreram na Bolívia, na Colômbia e no Peru.

**Caminho que as eleições têm tomado, com muita raiva e ódio, não ajuda a economia e reduz o nível de felicidade do país**

A explicação que o Relatório daria, talvez, é que as pessoas nesses países não estão felizes. O Chile, apesar de uma renda per capita 65% superior à brasileira, está seis posições atrás de nós no ranking. A Colômbia tem PIB

per capita um pouco superior ao nosso, mas está 28 posições atrás. A mesma explicação talvez se aplique também à polarização política em países ricos como os Estados Unidos, que ocupa a 16ª posição no ranking, apesar de ter PIB per capita superior ao de todos os dez primeiros colocados, com exceção da Suíça e de Luxemburgo.

Medir felicidade é, claro, difícil. O Relatório faz isso desde seu início por meio de pesquisas realizadas pela Gallup com habitantes de cada país; em geral, cerca de mil entrevistas por país por ano. Há um esforço de correlacionar os resultados com uma série de variáveis, concluindo-se pela importância da renda, do apoio social, da saúde (expectativa de vida), da liberdade de fazer escolhas, da ausência de corrupção e da generosidade. Assim, por exemplo, apesar da renda mais alta, os EUA têm uma expectativa de vida mais baixa que todos os dez primeiros colocados no ranking: na média, 7% menor no caso de homens, 5% no de mulheres. E nos EUA a expectativa de vida está em queda (ver <https://on.ft.com/3B5vZrr>), ao contrário da renda.

Ao aceitar a felicidade como uma métrica alternativa ao crescimento econômico, chega-se a um cardápio mais amplo de políticas públicas a serem enfatiza-

das. Esse não é, porém, o foco central do Relatório. Mais interessante, nesse sentido, é o esforço que a OCDE tem feito com os indicadores do Better Life (<https://www.oecdbetterlifeindex.org/>). Na lista de indicadores aí considerados estão alguns conhecidos, como renda, habitação, educação e saúde, mas também outros menos comuns, como comunidade, engajamento cívico, equilíbrio vida-trabalho e satisfação com a vida.

Esse é um menu interessante para quem está montando programas para um eventual novo governo. Nele, o Brasil vai em geral melhor em outros indicadores que não a renda per capita, exceção à segurança pública, onde também estamos comparativamente bem mal. Mas, claro, comparados à média da OCDE, ainda temos bastante espaço para melhorar em quase todas as áreas. Infelizmente, o caminho que as eleições têm tomado, com forte polarização e muita raiva e ódio, não é um bom prenúncio. Esse caminho não deve ajudar a economia, mas tende a reduzir o nível de felicidade do país.

**Armando Castelar Pinheiro** é professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador-associado do FGV Ibre e escreve mensalmente neste espaço. Twitter: @Acastelar.

Progresso tecnológico dobrou tamanho da economia global a cada geração. Por **Bradford DeLong**

## Por que não podemos todos ser ricos?

**E**m 6 de setembro, a Basic Books estará lançando “Slouching Towards Utopia” (Negligenciando a Utopia) meu livro de história econômica do “longo século XX” de 1870 a 2010. Já passou da hora, eu argumento, de mudarmos nossa compreensão de onde fica o ponto de inflexão da história econômica global.

Alguns poderiam colocá-lo em 1076, quando a Controvérsia Europeia das Investiduras cimentou a ideia de que a lei deve alcançar até os mais poderosos, em vez de ser apenas uma ferramenta à disposição deles. Outro grande ano é 1450, quando a chegada da imprensa de tipos móveis de Gutenberg e o Renascimento prepararam o cenário para o Iluminismo. E então, é claro, há 1770, quando a Revolução Industrial realmente começou a existir.

Não há como contestar a importância daquilo que essas datas representam. Mas escolhi 1870 porque é mais importante ainda. Foi quando o laboratório de pesquisa industrial, a moderna corporação e a globalização total se encaixaram. Essas foram as instituições que impulsionariam o progresso tecnológico a ponto de dobrar o tamanho da economia global a cada geração — que é o que costumemente fizeram de 1870 a 2010.

Esse ritmo sem precedentes de avanço tecnológico deu à humanidade o poder de finalmente banir o diabo de Malthus. O crescimento populacional não anularia mais os ganhos da produtividade para manter o mundo pobre. Inovações em tecnologia, metodologia e organização tornaram possível expandir o bolo econômico para que todos pudessem ter o suficiente. Isso significava que a governança não funcionaria mais principalmente como uma máquina de extração de recursos pela qual a elite poderia pegar “o suficiente” do bolo de tamanho insuficiente para si. Em vez disso, o governo e a política poderiam finalmente ser direcionados para a construção de um mundo verdadeiramente humano.

A trajetória tecnológica após 1870 ultrapassou rapidamente tudo o que a humanidade havia imaginado que seria necessário para alcançar a utopia. Com o problema de preparar uma torta econômica suficientemente grande tendo sido resolvido, parecia que a parte difícil havia terminado. Tudo o que a humanida-



**Nossas proezas tecnológicas não construíram um mundo justo e feliz. A tarefa das futuras gerações será descobrir como se tornar tão bom em fatiar e saborear a torta econômica quanto as gerações anteriores foram em torná-la maior**

de precisava fazer a seguir era descobrir como fatiar e provar a torta — ou seja, como converter nossa proeza tecnológica em vidas felizes, saudáveis, seguras e protegidas para todos. Esses problemas seriam resolvidos ainda mais rápido, certo?

Na verdade, os problemas de fatiar e provar a torta econômica de rápido crescimento nos deixaram constantemente atordoados. Para entender por que coletivamente não conseguimos acertar, eu indicaria quatro pensadores.

O primeiro é o economista austríaco Joseph Schumpeter, que explicou como a tecnologia moderna gera imensa riqueza por meio de um processo de “destruição criativa”. O progresso tecnológico e econômico exige que antigas indústrias, ocupações e padrões sociais sejam regularmente destruídos para dar lugar a novas criações. Este processo pode, sem dúvida, ser doloroso. Mas é também por isso que houve mais mudanças tecnológicas desde 1870 do que entre 6000 AC e 1869.

O segundo pensador é Friedrich Engels, que elaborou o modelo marxista de superestrutura-base da economia política (esta é, claro, a estrutura de Marx, mas acredito que deva mais ao seu colaborador).

“Superestrutura” descreve toda a sociedade, com suas redes pessoais, padrões sociológicos e instituições políticas, culturais e — crucialmente — econômicas.

Por mais importantes que sejam essas coisas, todas elas se baseiam e precisam estar em conformidade com a “base” tecnológica estrutural da produção. A cada momento desde 1870, qualquer software sociológico que uma sociedade estivesse executando, inevitavelmente colidiria em um período de 50 anos, devido a mudanças no hardware estrutural, que por sua vez seriam impulsionados pela destruição criativa schumpeteriana.

O terceiro pensador é outro economista nascido na Áustria, Friedrich von Hayek. Sua magnífica visão foi que a economia de mercado é um incomparável mecanismo para inovação de terceirização coletiva e mobilização do cérebro humano para tornar o mundo mais rico (desde que os direitos de propriedade sejam aplicados).

Mas Hayek advertiu que esses benefícios cobram um preço terrível: não se pode esperar que o mercado forneça qualquer forma de justiça social. Ele acreditava piamente que qualquer tentativa de gerenciar ou ajustar o mercado com esses objetivos em mente não apenas falharia, mas também prejudicaria a capacidade do mercado de fazer o que faz de melhor. Sua doutrina, portanto, equivalia a: “O mercado dá, o mercado tira: bendito seja o nome do mercado”. Qualquer outra coisa nos colocaria no “caminho da servidão”.

Finalmente, o antropólogo econômico húngaro Karl Polanyi viu que a visão de Hayek de uma

utopia concedida pelo mercado seria insustentável por ser desumana. As pessoas querem saber como os recursos de sua sociedade são usados. Elas exigirão que suas rendas — e de outros — atinjam algum nível mínimo digno e esperarão um certo grau de estabilidade. As pessoas tendem a resistir à ideia de que seu padrão de vida pode ser destruído sozinho por algum cosmopolita desenfreado, maximizador de lucros a meio mundo de distância. De qualquer maneira, é assim que as pessoas são. Se os direitos de propriedade são realmente os únicos direitos que importam, a política e a sociedade acabarão por se desmantelar.

Esses quatro pensadores nos permitem entender por que não conseguimos usar nossas proezas tecnológicas para construir um mundo justo e feliz. Mas o diagnóstico é, obviamente, apenas metade da batalha (e provavelmente menos que isso). A tarefa das futuras gerações será descobrir como se tornar tão bom em fatiar e saborear a torta econômica quanto as gerações anteriores foram em torná-la maior. (Tradução de Anna Maria Dalle Luche)

**J. Bradford DeLong**, ex-secretário adjunto do Tesouro dos Estados Unidos, é professor de Economia na Universidade da Califórnia em Berkeley e Pesquisador Associado do Bureau Nacional de Pesquisa Econômica. Direitos Autorais: Project Syndicate, 2022. [www.project-syndicate.org](http://www.project-syndicate.org)